

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 03/2021

1.0 – PREÂMBULO

- 1.1 O MUNICÍPIO DE CARIRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.099.882/0001-36, com sede na Praça Olímpio Rabelo de Morais, nº 56, Bairro Centro, ÓRGÃO GERENCIADOR, tendo como ÓRGÃOS PARTICIPANTES o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.402.080/0001-28, com sede na Praça José Durval de Matos, s/nº, Bairro Centro e o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.535.072/0001-48, com sede na Rua Luiz Matos, s/nº, Bairro Vila Nova torna público que será realizada licitação na modalidade PREGÃO, em sua forma PRESENCIAL, do tipo "Menor Preço Por Item", para o Registro de Preços que observará os preceitos de direito público e em especial as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 que é subsidiada pela Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, observada a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e redação dada pela Lei 147/2014, o Decreto Municipal 21 de 09 de Abril de 2018, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, o Decreto Municipal nº 165 de 30 de abril de 2009, que regulamenta o Pregão na sua forma Presencial, Decreto Municipal 454 de 03 de setembro de 2013 que regulamenta as publicações dos Editais de Licitação e será regido pelas condições estabelecidas no presente Edital e nos seus anexos, observando o seguinte:
- **1.2** Os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação deverão ser entregues na sessão pública que será realizada às **09:00 (nove) horas** do dia **11/08/2021 (onze de agosto de dois mil e vinte e um),** no Setor de Licitação Endereço Sala de Licitações, situada na Rua Ananias José dos Santos, n° 671 Centro Carira Sergipe, obedecidas as condições e exigências que se seguem.
- **1.3** − O presente Edital encontra-se à disposição para consulta dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Ananias José dos Santos, n° 671 − Centro, Carira − Sergipe, no horário das 08:00h às 13:00h, onde poderá ser adquirido.
- **1.4** O interessado poderá, ainda, solicitar o edital por e-mail, devendo entrar em contato com a Pregoeira através do e-mail: licitacao.carira2021@gmail.com

2.0 OBJETO

- 2.1 Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para Aquisições parceladas de refeições prontas, almoço (tipo quentinhas), refeição (jantar) tipo quentinha, refeição café da manhã e Hospedagem que atenderão aos órgãos vinculados Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Carira.
- **2.2** O Sistema de Registro de Preços tem por finalidade o registro formal de preços, prestadores de serviços, unidades participantes e condições de execução do objeto, aplicáveis a futuras contratações decorrentes da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme modelo constante do ANEXO 08 deste Edital.

3.0 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



- **3.1** Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.
- **3.1.1.** Para as microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser observadas, nesta licitação, as seguintes condições:
 - a) participação, exclusiva, nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
 - b) cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor que exceder a R\$ 80.000,00, para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
 - c) as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.
- **3.1.2.** Em não havendo Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, e Microempresário Individual, neste caso, àquelas contempladas pelas disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/2007 na cota mencionada, os mesmos serão redirecionados aos demais licitantes, desde que no mesmo ato já sejam entregues as propostas dos referidos itens em planilha separada da cota principal.

3.2 - Não poderão participar deste Pregão:

- 3.2.1. Empresas que não atenderem às condições deste Edital.
- 3.2.2. Empresas que estejam em concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 3.2.3. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Igualmente não poderão participar as empresas suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora Aparecida, Estado de Sergipe.
- 3.2.4. Empresas reunidas em consórcio, que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 3.2.5. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada a Prefeitura Municipal de Carira, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.;
 - 3.2.6. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.
- 3.2.7. Em nenhuma hipótese, serão recebidos envelopes de proposta e de habilitação após o prazo estabelecido neste Edital. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.
- 3.2.8. Caso o ramo de atividade no ato constitutivo não seja pertinente ao objeto da contratação, a empresa não participará do certame por não atender as condições para a referida licitação.



4.0 - CREDENCIAMENTO

- **4.1** Antes da abertura dos envelopes de propostas, ocorrerá a fase de credenciamento, onde serão vistos e identificados os representantes de cada licitante.
 - **4.1.1** Concluído o credenciamento, que terá início no horário previsto no preâmbulo deste Edital, não será mais aceito novos participantes no certame.
- **4.2** Somente poderão participar da fase de lances verbais desta licitação as empresas que atendendo as condições estabelecidas no item 3.1, no dia, hora e local da realização do Pregão, se fizerem representar por pessoa com poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão comprovados tais poderes da seguinte forma:
 - **4.2.1** Se proprietário ou sócio: através do contrato social e da carteira de identidade ou outro documento equivalente (com foto);
 - **4.2.2 -** Se por outra pessoa: mediante apresentação de instrumento público ou particular de procuração (Art. 653, do Código Civil), conferindo-lhe poderes para formular ofertas e lances de preço, assinar documentos, e praticar os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, inclusive renunciar ao direito de interpor e desistir de recursos, acompanhada do ato de investidura de quem a firmou e da carteira de identidade ou outro documento equivalente (com foto).
- **4.3** Os documentos referidos nos itens 4.2.1 e 4.2.2 deverão ser apresentados separado dos envelopes proposta e habilitação, durante o ato específico para o credenciamento e/ou representação, e em forma de cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais, estes para fins de conferência, sendo que as cópias farão, posteriormente, parte dos autos.
- **4.4** O representante da licitante que não se credenciar perante a Pregoeira ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Habilitação" relativos a este Pregão, sendo mantido, porém, o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- **4.5** Não será permitido um mesmo representante para mais de uma empresa, sendo admitido, porém, o credenciamento de mais de um representante para a mesma empresa, sendo que apenas um poderá se manifestar a cada sessão.
- **4.6** As Licitantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os **requisitos de habilitação**, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002. A referida declaração deverá ser apresentada juntamente com o documento de credenciamento, fora dos envelopes que contêm os documentos de habilitação e proposta, podendo utilizar como modelo o estabelecido no Anexo III, deste Edital. A não apresentação da referida declaração não implica em não participação nesta licitação, podendo ser elaborada de imediato, em sessão, pelo representante legal da licitante.

5.0 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS



- **5.1** As propostas deverão ser confeccionadas e impressas no papel timbrado da licitante, datadas com a data prevista para abertura da licitação, carimbadas e assinadas pelo sócio ou proprietário da empresa.
 - **5.1.1** Caso a proposta seja assinada por pessoa que não faça parte do Contrato Social, a mesma deverá comprovar ter poderes para assinar a proposta, através de procuração pública ou particular.
- **5.2** Não serão aceitas propostas opcionais ou condicionais, devendo o licitante ofertar o preço unitário e total em algarismo e por extenso, na moeda corrente do país, sendo desconsideradas as propostas que contiverem rasuras, emendas, ressalvas, borrões ou entrelinhas, que possam suscitar dúvidas, especialmente em se tratando de valores, assim como não serão consideradas as propostas que desatenderem a qualquer exigência do presente Edital e seus Anexos.
- **5.3** Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em uma única via, em original ou cópias autenticadas em cartório inclusive no verso de parte integrante do documento ou cópias acompanhados do original para serem autenticadas por Servidor da Administração ou publicação na Imprensa Oficial.
- **5.4** Os documentos para credenciamento do representante, as propostas e os documentos de habilitação deverão ser acondicionados em três envelopes separados, lacrados e rubricados em suas extremidades, subscritos da seguinte forma:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021	PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021	PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021
CREDENCIAL	ENVELOPE 01 PROPOSTA	ENVELOPE 02 HABILITAÇÃO
LICITANTE:	LICITANTE:	LICITANTE:

6.0 – ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1 – Os envelopes deverão ser entregues lacrados, na sessão pública que será realizada na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Ananias José dos Santos, n° 671 – Centro - Carira – Sergipe, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital.

7.0 - PROPOSTA

- **7.1** A proposta de preços deverá, ser apresentada na forma do item 5.1 subitem 5.1.1 sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, devendo ainda ser elaborada conforme Anexo II do Edital, levando em consideração as seguintes informações:
 - **7.1.1** A Proposta de Preços deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, em papel timbrado ou impresso da licitante, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada, contendo preço unitário e total por ITEM, em algarismo, em moeda corrente do país, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo representante legal da licitante.
- **7.1.2.** Os preços serão apresentados em algarismos para os valores unitários e totais dos itens, e em algarismos e por extenso para o valor global da proposta, cotados em moeda nacional e englobarão todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais,



trabalhistas e previdenciários, frete, seguro, instalação, etiquetagem, mão-de-obra, etc., e quaisquer outros necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado;

- **7.1.3.** Razão Social e CNPJ, endereço completo, telefone/fax para contato, nº da conta corrente, agência e respectivo Banco e, se possível, correio eletrônico (e-mail);
- **7.1.4.** Descrição detalhada do objeto da licitação, com as características técnicas, observando-se as especificações contidas no Anexo I, Termo de Referência;
- **7.1.5.** Os itens, objeto desta licitação, serão entregues nas quantidades e locais definidos pelo setor solicitante, sendo recebidas por funcionários do local destino, nos horários de expediente;
- **7.1.6.** Os produtos serão fornecidos conforme solicitação de cada ente, em até 24 (vinte e quatro) horas da atestação do pedido, com o compromisso expresso do fornecedor de troca dos referidos itens, acaso desatendam esta exigência;
- **7.1.7.** Existindo discrepância entre os valores unitários e totais, prevalecerão os unitários e, havendo discordância entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão estes últimos;
- **7.1.8.** Os preços serão fixos e irreajustáveis durante o período de vigência da ata, e deverão trazer inclusos os impostos, taxas, fretes e quaisquer outras despesas, inerentes ao objeto licitado;
- **7.2.** A simples participação neste certame implica:
 - a) a aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão;
 - **b**) que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos, contado da data estipulada para sua entrega, o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta. Caso o referido prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de Julgamento.

8.0 – ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 8.1 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão.
- **8.2** Não serão aceitas propostas que apresentarem preço unitário ou global simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Pregão não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.
- **8.3** A Pregoeira poderá solicitar parecer da Procuradoria Jurídica do Município e/ou de empresas que prestem assessoria a este Município para embasar suas decisões.

9.0 – DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1 Serão desclassificadas:
- **9.1.1** As propostas que não atendam às exigências deste Edital e de seus Anexos;



- 9.1.2 As propostas com preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- **9.1.3** As propostas que tiveram suas amostras, se exigidas, reprovadas pelo Setor Competente, mediante parecer fundamentado.
- 9.2 Serão considerados excessivos os preços muito acima dos praticados pelo Mercado, apurados mediante pesquisa de preço feita pelo Setor Competente deste Município e inexequíveis aqueles que não venham a ter sua viabilidade demonstrada através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
- 9.3 Na análise da aceitação das propostas, havendo dúvida sobre a exequibilidade dos preços de uma ou mais propostas, a Pregoeira fixará o prazo de 24hs (vinte e quatro horas) para que as licitantes que ofertaram preços com indícios de inexequibilidade apresentem as Notas Fiscais de Compras e as Planilhas de Custos Contábeis demonstrando que o valor ofertado para venda apresenta a incidência de todos os impostos pertinentes à comercialização dos produtos e o lucro, para fins de comprovação da exequibilidade de seus preços.
- **9.3.1** O prazo estabelecido no item 9.3 poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da licitante, desde que a mesma apresente justificativa aceitável pela Administração.
- **9.4** A não comprovação da exequibilidade dos preços ou a não apresentação da documentação estabelecida no item anterior dentro do prazo estabelecido, será motivo para desclassificação das propostas relativas aos itens com preços considerados inexequíveis, com base no Art. 48, II, da Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações.
- **9.5** No caso de todas as propostas serem desclassificadas a Pregoeira poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas escoimadas dos defeitos motivadores de sua desclassificação, nos termos do art. 48 §3°, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.0 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **10.1 -** No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo as condições e especificações estabelecidas neste Edital, apresentar o "**MENOR PREÇO GLOBAL**".
- **10.2** Nos demais casos, ocorrendo igualdade de preços entre 02 (duas) ou mais propostas, cumprido o disposto no Art. 3°, §2°, incisos I, II e III da Lei Federal n° 8.666/93, será promovido sorteio, mediante convocação de todos os licitantes participantes do certame, nos termos do Art. 45, §2° do mesmo Diploma Legal.

11.0 – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

11.1 - A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos para habilitação será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital e desenvolverse-á da seguinte forma:



- **11.1.1** Declarada aberta a sessão, serão convidados os representantes das empresas que se fizerem presentes para apresentarem junto à mesa os documentos necessários ao credenciamento e/ou representação, na forma do item 3.0 deste edital, os quais poderão ser vistos e conferidos por todos os participantes e, necessariamente, rubricados.
- **11.1.2** Em seguida serão anunciadas as empresas legalmente representadas e solicitada a entrega da Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação conforme Anexo III e dos envelopes com as propostas de preços e de documentos para habilitação, apresentados na forma do item 5.0.
- **11.1.3** Na sequência serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços e analisadas todas as propostas quanto à sua conformidade com as exigências do Edital, procedendo-se a desclassificação daquelas desconformes e a sua substituição por outra, de forma a definir aquelas que se encontrarem aptas para a fase de lances verbais.
- **11.1.4** Prosseguindo, serão selecionadas a proposta que apresentar o <u>MENOR PREÇO GLOBAL</u> e as demais cuja variação situar-se no limite de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço. Não havendo pelo menos 03(três) propostas nestas condições, serão selecionadas as demais até o número máximo de 03(três), quaisquer que sejam os preços ofertados.
- **11.1.5** Na sequência será dado início a fase dos lances verbais, os quais serão formulados pelos proponentes de forma sucessiva, em valores numéricos distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço, observando o seguinte:
- **11.1.5.1** As rodadas de lances verbais serão repetidas quantas vezes forem necessárias, com vista a obtenção da melhor oferta;
- **11.1.5.2** A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, de forma a definir a sequência dos lances anteriores.
- **11.1.5.3** A desistência em apresentar lance verbal, quando para esse fim convocado, implicará na exclusão do licitante da fase de lances verbais, mantendo-se, todavia, o último preço por ele apresentado para efeito da classificação final das propostas.
- 11.1.5.4 A desistência dos lances ofertados sujeita o seu proponente às penalidades cabíveis.
- **11.1.6** Encerrada a etapa de oferta de lances, as propostas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço, sendo objeto de exame e decisão motivada quanto à aceitabilidade do valor apresentado por aquela classificada em primeiro lugar.
- **11.1.7 -** Sendo aceitável a oferta da proposta classificada em primeiro lugar, em relação ao seu proponente será verificado o atendimento das condições habilitatórias, mediante documentação contida no envelope 02 Habilitação.
- **11.1.8** Constatado o atendimento pleno às exigências do edital, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo item do Pregão.



- **11.1.9** Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, serão examinadas as ofertas subsequentes, inclusive quanto a sua aceitabilidade, por ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda a todas as exigências editalícias, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o correspondente objeto.
- **11.1.10 -** Caso a proposta não seja aceitável ou não haja oferta de lances verbais, ou mesmo quando houver ofertas de lances verbais, após a decisão da Pregoeira, em qualquer dos casos, quanto à aceitabilidade da proposta ainda será lícito a Pregoeira negociar diretamente com o proponente para a obtenção de preço melhor do que aquele ofertado.
- **11.1.11 -** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, ao final assinada pela Pregoeira e licitantes presentes, facultada a assinatura dos membros da equipe de apoio e ouvintes, na qual serão registrados todos os fatos relevantes da sessão.
- **11.1.12** A adjudicação do objeto obedecerá a estrita ordem de classificação e será praticada pela Pregoeira na própria ata de reunião.
- 11.1.13 A Pregoeira poderá suspender a sessão para análise das propostas ou dos documentos de habilitação e/ou diligências que julgar necessário, fazendo constar na ata o motivo da suspensão da sessão.

12.0 – HABILITAÇÃO

12.1 - Para habilitação na presente licitação, as licitantes apresentarão documentação relativa a Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira, conforme abaixo:

12.2 - Habilitação Jurídica:

- 12.2.1 Registro comercial no caso de empresa individual;
- **12.2.2 -** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social com todas as suas alterações ou sua consolidação, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;
- **12.2.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- **12.2.4** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- **12.2.5** A licitante vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, em original ou devidamente autenticada em cartório ou a ser autenticada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, mediante a apresentação dos originais para confronto, a seguinte documentação.

12.3 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:



- 12.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- **12.3.2** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 12.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (CRF);
- **12.3.4 -** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante.
- 12.3.5 Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho (CNDT);
- **12.4 -** Para àquelas certidões que não contiverem prazo de validade em seu corpo a Pregoeira considerará o prazo de validade de 30 (trinta) dias contando-se da data de sua emissão.
- **12.5** As microempresas e empresas de pequeno porte participantes desta licitação deverão apresentar no dia e hora indicados no preâmbulo, toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está apresente alguma restrição.
- **12.6** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado, as microempresas e empresas de pequeno porte, o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, conforme disposto no Art. 43, §1°, da Lei Complementar n°123, de 14 de dezembro de 2006 e redação dada pela 147/2014.
- **12.7** A não regularização da documentação, dentro do prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- **12.8 -** O tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, somente é aplicável no que concerne aos documentos relativos a Regularidade Fiscal, conforme previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 e Art. 29, inciso I a IV da Lei 8.666/93. O tratamento diferenciado não é aplicável a Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira.

12.9 – Qualificação Técnica:

- **12.9.1** Atestado(s), que comprove(m) ter a empresa licitante fornecido, para pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, com as características técnicas, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto a ser contratado.
- 12.9.2- Licença da Vigilância Sanitária.

12.10 - Qualificação Econômico-Financeira:



12.10.1 - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, da empresa licitante, expedida pelo distribuidor, cuja Certidão deverá estar vigente, no mínimo, até a data do recebimento dos documentos de habilitação e PROPOSTA DE PREÇOS.

12.11 – Outros Elementos:

- 12.11.1 Declaração de Inexistência de Empregados Menores nos moldes do Anexo IV.
- **12.12** A falta de qualquer dos documentos exigidos neste edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada a concessão de prazo para a complementação da documentação exigida, exceto nos casos estabelecidos no item 12.6 deste edital.
- 12.13 No caso de todas as licitantes serem inabilitadas a Pregoeira poderá conceder o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada dos defeitos motivadores de sua inabilitação, com base legal no art. 48 §3°, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.0 – IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO DO EDITAL

- **13.1** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, de acordo com o Decreto Municipal nº 165/2009, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.
- **13.1.1** Caberá a Pregoeira decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme Decreto Municipal n° 165/2009, sobre a impugnação interposta. Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.
- **13.1.2** A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 13.2 As impugnações ao edital devem ser formuladas por escrito, impressas no papel timbrado da licitante, carimbadas e assinadas pelo Representante Legal da Empresa e protocoladas no Setor de Licitação. Deve, ainda, ser anexado à impugnação cópia do contrato social da empresa, RG e CPF do sócio se interposta pelo sócio e se interposta pelo Procurador, procuração com firma reconhecida em Cartório, contrato social, RG e CPF do Procurador da Licitante.
- **13.3** Os pedidos de esclarecimentos devem ser formulados por escrito, impressos no papel timbrado da licitante, carimbados e assinados pelo Representante Legal da Empresa e encaminhados a Pregoeira via e-mail <u>licitacao.carira2021@gmail.com</u> até 02 (dois) dias úteis da data designada para realização do Pregão.

14.0 - RECURSOS

14.1 - A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pela licitante, deverá ser feita ao final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões de recorrer, momento a partir do qual será concedido ao interessado o prazo de 03 (três) dias úteis, para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais



licitantes, desde logo, intimadas para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

- **14.1.1** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência desse direito da licitante, devendo a Pregoeira adjudicar o objeto à vencedora.
- **14.1.2** Na hipótese da interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, nos termos do Art. 109, §5°, Lei n° 8.666/93.
- **14.1.3** O recurso terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- **14.1.4** Os recursos deverão ser protocolados no Setor de Licitação, das 08:00h às 13:00h, dirigidos ao Prefeito Municipal, por intermédio da Pregoeira e observarão:
- **14.1.4.1** quanto a sua interposição, o prazo de 03(três) dias úteis, a contar da manifestação de sua intenção de recorrer, registrada em ata;
- **14.1.4.2** a forma escrita, com a assinatura do representante legal da licitante, quando apresentação das razões do recurso;
- **14.1.4.3** a legitimidade e o interesse recursais;
- 14.1.4.4 a fundamentação.
- **14.1.5** Findo o prazo para contra-razões a Pregoeira analisará o(s) recurso(s), instruirá o processo e poderá reconsiderar sua decisão ou, então, o encaminhará ao Prefeito Municipal dentro do prazo de 03(três) dias. O Prefeito Municipal terá o prazo de 03(três) dias úteis, para decidir sobre o recurso. Proferida a decisão será informada a(s) licitante(s) recorrente(s).
- **14.1.6-** decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação haja vista se tratar de Pregão cujo objeto é o de Registro de Preço, assim o vencedor e os demais interessados serão convocados a assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que serve como compromisso formal e posteriormente é que se efetuará a contratação

15.0 - PROPOSTA REFORMULADA

- **15.1** A(s) Licitante(s) Vencedora(s) terão o prazo de 03(três) dias úteis para apresentação da Proposta Reformulada original.
- **15.2** A Proposta Reformulada deverá ser confecciona de acordo com o modelo de proposta deste Edital, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo Representante Legal da Licitante.



- **16.1** O objeto da licitação será adjudicado a(s) licitante(s) vencedora(s), por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pelo Prefeito Municipal, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- **16.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, o Prefeito Municipal homologará o procedimento licitatório.

17.0 – DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

17.1 - Em conformidade com o disposto no § 2°, do art. 7°, do Decreto n° 7.892 de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto Federal n° 8.250, de 23 de maio de 2014, a dotação orçamentária será indicada somente antes da formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

18.0 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 18.1 As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, subscrita pelo Município, e o(s) licitante(s) vencedor(es), que observará os termos do Decreto Municipal n° 21/2018, da Lei n.º 8.666/93 e Lei n.º 10.520/02, deste edital e demais normas pertinentes.
- 18.1.1- Integra o presente instrumento (ANEXO VI) o modelo da Ata de Registro de Preços a serem celebradas.
- 18.1.2- Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável, deverão obedecer às disposições elencadas na Ata de Registro de Preços Anexa a este edital.
- 18.2- Homologada a licitação pela autoridade competente, a Prefeitura Municipal de Carira Sergipe, convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra este Edital.
- 18.2.1- O Licitante Vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pela Prefeitura Municipal de Carira Sergipe.
- 18.2.2- A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido, sujeitará a Licitante à aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 18.2.3- O pregoeiro incluirá na Ata de Registro de Preços, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os materiais com preços iguais ao licitante vencedor na sequência de classificação do certame, no caso do licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, a administração poderá convocar esses licitantes para fazê-lo nas mesmas condições.
- 18.2.4 Não ocorrendo o previsto no item anterior é facultado à administração municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para negociar com os mesmos, com vistas à obtenção de melhores preços, preservado o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação previstos na planilha de custos anexa ao Termo de Referência.



- 18.3- Incumbirá à administração providenciar a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços na Imprensa Oficial, na forma prevista no Art. 15 § 2° da Lei n° 8.666/93, até o quinto dia útil do mês subseqüente ao de sua assinatura.
- 18.4- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.5- A Ata de Registro de Preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigerá **pelo prazo de 12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, conforme o <u>inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993</u>.
- 18.6- A Ata de Registro de Preços não obriga a Prefeitura a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento de materiais, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
- 18.7- O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a Prefeitura optar pelo fornecimento cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.
- 18.8- O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados na Imprensa Oficial e Site da Prefeitura de Carira e ficarão à disposição durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 18.9- A Prefeitura Municipal de Carira monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.
- 18.9.1- A Prefeitura Municipal de Carira convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.
- 18.10- Em caso de alteração dos preços de mercado, deverá ser observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 21/2018.
- 18.11- Antes de receber o pedido para fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes, que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, por fato superveniente.
- 18.12- Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro equação econômico financeira.
- 18.13- Para efeito de definição do preço de mercado serão considerados os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município para determinado Item.



18.14- Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Município poderá convocar os demais fornecedores classificados para formalizarem o Registro de seus Preços, nas mesmas condições do 1º colocado, se não aceitar o valor do 1º colocado poderá registrar no seu valor ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

19.0 – DOS USUÁRIOS DA TATA DE REGISTRO DE PRECO

19.1. Não serão permitidas adesões a Ata de Registro de Preços derivada deste processo, com base nos termos do Art. 8°. III do Decreto Municipal n°. 21/2018.

20.0 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 20.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
- 20.1.1. Automaticamente:
- 20.1.1.1. Por decurso de prazo de vigência;
- 20.1.1.2. Quando não restarem fornecedores registrados;
- 20.1.1.3. A Prefeitura Municipal de Carira, quando caracterizado o interesse público.
- 20.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:
- 20.2.1. A pedido quando:
- 20.2.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 20.2.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.
- 20.2.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Carira, quando:
- 20.2.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 20.2.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 20.2.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- 20.2.2.4. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 20.2.2.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;



- 20.2.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.
- 20.3. Em quaisquer das hipóteses acima, concluído o processo, A Prefeitura Municipal de Carira fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará os Proponentes a nova ordem de registro.

21.0 – DO FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 21.1. Os produtos, quando contratados, serão entregues, de forma parcelada, em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento a ser emitida pela Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO e/ou FUNDOS MUNICIPAIS DE CARIRA para cada empresa contemplada neste procedimento licitatório.
- 21.2. O não fornecimento dos Produtos no prazo estabelecido implicará na decadência do direito do licitante à inclusão dos seus preços no sistema de registro, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.
- 21.3. Os Produtos fornecidos deverão estar em conformidade com os padrões e normas vigentes de forma a atender a máxima qualidade. Os Produtos fornecidos que não atendam o padrão de qualidade exigido estarão sujeitos à recusa pelo servidor responsável A Prefeitura Municipal de Carira, tendo que ser realizado novamente no menor prazo possível, sem quaisquer ônus para a Administração. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e os Produtos fornecidos, poderão ser aplicadas ao Fornecedor as sanções previstas neste edital e na legislação vigente.
- 21.4. Sempre que o Fornecedor não atender à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, observada a ordem de registro, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar o item específico, respectivo, ou a licitação, conforme previsão contida nos itens 18.2.3 e 18.2.4 deste Edital.
- 21.5. Independentemente de transcrição, farão parte integrante do contrato às instruções contidas neste Edital, os documentos nele referenciados, além da proposta apresentada pelo vencedor do certame e ATA respectiva.
- 21.6. Quaisquer danos ou prejuízos ocasionados ao patrimônio da Administração por empregados ou prepostos do licitante vencedor, serão de exclusiva responsabilidade deste último.
- 21.7. A Prefeitura Municipal de Carira poderá, até o momento da emissão da Ordem de Fornecimento, desistir dos materiais do objeto proposto, no seu todo ou em parte, sem que caibam quaisquer direitos ao licitante vencedor.
- 21.8. À critério da Prefeitura Municipal de Carira, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

21.9. DA FISCALIZAÇÃO

21.9.1. Nos termos do artigo 67, § 10, da Lei no 8.666/1993, a Administração designará um gestor da Ata, para acompanhar e fiscalizar o fornecimento, anotando em registro próprio todas as ocorrências



relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

- 21.9.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.
- 21.9.3. Da mesma forma, a adjudicatária, querendo, poderá indicar um preposto para ser aceito pelo Município, representá-la na execução da Ata do Registro de Preços.
- 21.9.4. Nos termos da Lei no 8.666/1993, a ata de registro assinada acompanhada da referida nota de empenho e juntamente com a ordem de fornecimento, constituirá documento de autorização para o fornecimento objeto desta licitação.
- 21.9.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela adjudicatária, sem ônus para a Administração.

22.0 – DO PAGAMENTO, REAJUSTES E REVISÃO DOS PREÇOS

- **22.1** Os pagamentos serão efetuados em conformidade dos serviços prestados, no valor correspondente as Ordens de Serviços/Contratos, comprovadamente atendidas, mediante apresentação dos seguintes documentos: Nota Fiscal/Fatura, Certificado de Regularidade do FGTS, junto a Caixa Econômica Federal e Certidão Negativa de Débitos Federais e Estaduais.
- **22.2** Na hipótese de estarem os documentos discriminados no item 22.1, deste item, com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo a Prefeitura nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento.
- **22.3** É vedado qualquer reajuste de preços pelo período de 12 meses, com fulcro na Lei nº 10.192 de 14/02/2001, exceto por força de legislação ulterior que o permita, porém, poderá haver revisão, repactuação ou reequilíbrio econômico financeiro.
- **22.3** Os preços dos serviços, objeto do Contrato, permanecerão irreajustáveis durante a vigência de 12 (doze) meses. No caso de haver prorrogação do Contrato, os preços poderão ser reajustados, mediante ajuste entre as partes, de acordo com o INPC ou índice oficial que o substitua;
- **22.3** Se durante o período de 12 (doze) meses ocorrer aumento de preços no objeto dos serviços a serem contratados, em conformidade com a legislação pertinente, os mesmos serão readequados, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo a comprovação ser feita pela apresentação ao CONTRATANTE, por parte da CONTRADADA, da razão que autorizou o referido aumento;
- **22.3** A CONTRATADA obriga-se a repassar ao CONTRATANTE todos os preços e vantagens ofertadas ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os vigentes.

23.0 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 – Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das demais cominações legais, a Licitante que:



- 23.1.1 Negar-se a receber ou não retirar a Nota de Empenho.
- 23.1.2 Não assinar o Contrato, quando convocado no prazo de validade de sua proposta.
- **23.1.3** Deixar de entregar a documentação exigida no edital.
- 23.1.4 Apresentar documentação falsa.
- 23.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.
- **23.1.6** Falhar ou fraldar na execução do contrato.
- **23.1.7** Não mantiver a proposta.
- **23.1.8** Comportar-se de modo inidôneo.
- **23.1.9** Fizer declaração falsa.
- 23.1.10 Cometer fraude fiscal.
- **23.2** Além da sanção prevista no item anterior, a Administração poderá aplicar a Contratada as seguintes penalidades, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do contrato:
- 23.2.1 Advertência.
- **23.2.2** Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) ao dia, aplicada sobre o valor dos itens faltantes, no caso de atraso na entrega.
- **23.2.3** Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimento, no caso de recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho.
- **23.2.4** Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução total ou rescisão por culpa do licitante.
- **23.2.5** Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), ao dia, aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimento, por descumprimento de outras obrigações previstas neste Edital e seus Anexos.
- **23.3** A multa será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor das Ordens de Fornecimentos, e poderá descontada dos pagamentos devidos pelo Município, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente.
- **23.4** As sanções previstas neste edital somente serão aplicadas através de regular processo administrativo, observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
- **23.5** Da aplicação das penalidades caberá recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.



24.0 - DISPOSICÕES FINAIS

- **24.1** Consoante disposição da Lei nº 8.666/93, a Administração, caso tenha conhecimento posterior ao julgamento da licitação sobre atos ou fatos que desabonem a idoneidade financeira, técnica ou administrativa da adjudicatária, mediante despacho fundamentado, poderá desclassificar a licitante vencedora da presente licitação, mesmo já tendo ocorrido a assinatura do Contrato e retirada da Nota de Empenho, sem que caiba à mesma o direito à indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- **24.2** A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Pregão, inclusive dos seus Anexos, sujeitando-se a licitante as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- **24.3** Será facultada a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente na proposta.
- **24.4** A Pregoeira prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, sobre o Edital e seus Anexos, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 13:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Ananias José dos Santos, n° 671 Centro Carira Sergipe.
- **24.4.1** Se a licitante desejar tirar dúvidas sobre este edital pessoalmente com a Pregoeira, deve agendar previamente visita à Sala da Comissão Permanente de Licitação, através do e-mail licitação.carira@gmail.com no topo.
- **24.5** Não havendo expediente no dia marcado para a abertura dos envelopes, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local.
- 24.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira com base na legislação pertinente.
- **24.7** Constitui Anexos deste Edital:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II: MODELO DE PROPOSTA

ANEXO III: MODELO DE PROCURAÇÃO;

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES;

ANEXO V: MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS;

ANEXO VI: MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VII: MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;



23.8 – Em decorrência da Pandemia do COVD-19, para realização do Certame serão cumpridas as medidas de prevenção, com uso de máscara, luvas e álcool gel (70°INPM) para todos os presentes; organização dos assentos cumprindo o distanciamento social e intensificação da higienização local.

Carira/SE, 30 de julho de 2021.

KÊNIA ALVINA DOS SANTOS CONCEIÇÃO

Pregoeira Oficial



ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 03/2021

TERMO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO

1. JUSTIFICATIVA

- 1.1. Justifica-se a necessidade de Aquisições parceladas de refeições prontas, almoço (tipo quentinhas), refeição (jantar) tipo quentinha, refeição café da manhã e Hospedagem que atenderão aos órgãos vinculados Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Carira., para atender as demandas das secretarias municipais e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.
- 1.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO: O objeto licitado, caracteriza-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão com base no Menor Preço por Item, de acordo com o Art. 45 §10 inciso I da Lei no 8.666/93 e Art. 4 inciso X da Lei 10.520/02, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.
- 1.3. ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS: A adoção do sistema de registro de preços para este objeto, justifica-se em razão do fornecimento ser parcelado com frequência na entrega, além de ser dificílimo definir previamente o quantitativo exato a ser utilizado pelo órgão.

2. DO OBJETO

2.1. Aquisições parceladas de refeições prontas, almoço (tipo quentinhas), refeição (jantar) — tipo quentinha, refeição — café da manhã e Hospedagem que atenderão aos órgãos vinculados Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Carira., conforme as especificações mínimas, quantitativas e demais condições constantes neste Termo, descritos na forma abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PREFEITURA	FMS	FMAS	QTD
						TOTAL
1	REFEIÇÃO (ALMOÇO) TIPO	UNIDADE	3000	1125	375	4500
	QUENTINHA - REFEIÇÃO					
	COMPLETA INDIVIDUAL,					
	ACONDICIONADA EM					
	EMBALAGEM DESCARTÁVEL					
	DE ALUMÍNIO OU SIMILAR,					
	COM NO MÍNIMO 700G,					
	CONTENDO NO MÍNIMO:					
	ARROZ, FEIJÃO, CARNE,					
	REFOGADOS E SALADA.					
	ACOMPANHADA DE					
	TALHERES DESCARTÁVEIS.					
	ACONPANHAMENTO: SUCO					
	DE FRUTA OU POLPA DE					
	FRUTAS DE 300ML					



		EIRA E EQU		1	1	
	VARIADAS, SEM CONSERVANTES,					
	PREPARADAS COM ÁGUA E					
	AÇÚCAR OU ADOÇANTE					
	DIETÉTICO OU					
	REFRIGERANTE 350ML					
2	REFEIÇÃO (ALMOÇO) TIPO	UNIDADE	1000	375	125	1500
_	QUENTINHA - REFEIÇÃO	01/12/12/2	1000		120	
	COMPLETA INDIVIDUAL,					
	ACONDICIONADA EM					
	EMBALAGEM DESCARTÁVEL					
	DE ALUMÍNIO OU SIMILAR,					
	COM NO MÍNIMO 700G,					
	CONTENDO NO MÍNIMO:					
	ARROZ, FEIJÃO, CARNE,					
	REFOGADOS E SALADA.					
	ACOMPANHADA DE					
	TALHERES DESCARTÁVEIS.					
	ACONPANHAMENTO: SUCO					
	DE FRUTA OU POLPA DE					
	FRUTAS DE 300ML					
	VARIADAS, SEM					
	CONSERVANTES,					
	PREPARADAS COM ÁGUA E					
	AÇÚCAR OU ADOÇANTE DIETÉTICO OU					
	REFRIGERANTE 350ML.					
	COTA RESERVA 25%					
3	REFEIÇÃO (JANTAR) - TIPO	UNIDADE	1000	500	500	2000
	QUENTINHA: COM NO		1000			
	MÍNIMO 500G DE ALIMENTO;					
	CUSCUZ COM OVOS FRITOS,					
	PÃO FRANCÊS 50 G COM					
	MANTEIGA, CAFÉ COM LEITE					
	OU SUCO DE FRUTA OU					
	POLPA. MACAXEIRA, CARNE					
	OU GALINHA GUISADA, PÃO					
	FRANCÊS 50 G COM					
	MANTEIGA. BATATA DOCE					
	OU MACAXEIRA, COM CARNE					
	OU GALINHA GUISADA,					
	INHAME, CARNE OU FRANGO					
	ASSADO.					
4	REFEIÇÃO - CAFÉ DA	UNIDADE	1000	500	500	2000
4	MANHÃ	UNIDADE	1000	300	300	2000
	PÃO FRANCÊS, PÃO DE					
	FORMA, PÃO INTEGRAL E					
	PÃO LIGTH, PÃO DE QUEIJO,					
	PRESUNTO SEM CAPA DE					
<u> </u>	TREBUTTO BENT CALA DE			ĺ	1	



	TREGU	JEIKA E EQU	IPE DE APOIO			
	GORDURA, PEITO DE PERU,					
	QUEIJO MUSSARELA, QUEIJO					
	BRANCO, QUEIJO LIGTH,					
	MANTEIGA E MANTEIGA					
	LIGTH, TRÊS TIPOS DE					
	1					
	GELÉIA, SALADA DE FRUTAS					
	E CINCO TIPO DE FRUTAS					
	NATURAIS, LEITE, CAFÉ,					
	CINCO TIPO DE SUCOS					
	NATURAIS, IOGURTE					
	NORMAL E DESNATADO,					
	QUATRO TIPOS DE					
	SALGADOS ASSADOS E TRÊS					
	TIPOS DE BOLOS.					
5	ł .	DIÁRIA	100	50	50	200
3	HOSPEDAGEM - AR	DIAKIA	100	30	30	200
	CONDICIONADO, TELEFONE,					
	ACESSO A INTERNET POR					
	WIFRIGOBAR, TELEVISÃO EM					
	CORES, DVD, SISTEMA DE					
	SOM SERVIÇO DE					
	DESPERTADOR, CAMA, BOX,					
	GUARDA ROUPAS, CÔMODA,					
	ESPELHO GRANDE,					
	BANHEIRO PRIVATIVO,					
	CHUVEIRO COM ÁGUA					
	QUENTE, QUARTO COM					
	ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO					
	DE ACORDO COM AS					
	NORMAS VIGENTES PARA					
	EDIFICAÇÕES, SERVIÇOS					
	DIÁRIO DE LIMPEZA E TROCA					
	DAS ROUPAS DE CAMA E					
	BANHEIRO, SERVIÇO DE					
	FORNECIMENTO DE					
	PRODUTOS BÁSICOS DE					
	HIGIENE. ALIMENTAÇÃO -					
	CAFÉ DA MANHÃ					
1	PÃO FRANCÊS, PÃO DE					
1	FORMA, PÃO INTEGRAL E					
	PÃO LIGTH, PÃO DE QUEIJO,					
	PRESUNTO SEM CAPA DE					
	GORDURA, PEITO DE PERU,					
1	QUEIJO MUSSARELA, QUEIJO					
1	BRANCO, QUEIJO LIGTH,					
1	MANTEIGA E MANTEIGA					
	LIGTH, TRÊS TIPOS DE					
	GELÉIA, SALADA DE FRUTAS					
1	E CINCO TIPO DE FRUTAS					
1	NATURAIS, LEITE, CAFÉ,					
	CINCO TIPO DE SUCOS					
<u> </u>	CINCO TIFO DE SUCOS			<u> </u>	<u> </u>	



	 H E DE III 010		
NATURAIS, IOGURTE			
NORMAL E DESNATADO,			
QUATRO TIPOS DE			
SALGADOS ASSADOS E TRÊS			
TIPOS DE BOLOS.			
ALMOÇO E JANTAR			
FEIJÃO, ARROZ, MACARRÃO,			
SALADAS CRUA, SALADAS			
COZIDA, CARNE VERMELHA,			
CARNE BRANCA, SUCO DE			
FRUTAS.			

VALOR ESTIMADO: R\$ 223.560,00 (duzentos e vinte e três mil quinhentos e sessenta reais).

3. DAS OBRIGAÇÕES:

3.1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

- 3.1.2. O fornecimento das refeições a serem contratado, deverá ocorrer diariamente, quando necessário, durante toda a semana, em horários e quantitativos previamente definidos pela Administração.;
- 3.1.3. Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao Município;
- 3.1.4. Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes do fornecimento, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer ao Município comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- 3.1.5. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas durante o fornecimento:
- 3.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município;
- 3.1.7. Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros termos de autorização que se façam necessários à execução do fornecimento;
- 3.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto firmado com o Município, sem prévia e expressa anuência.
- 3.1.9. Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Município.
- 3.1.10. Entregar as refeições de forma imediata contados após o recebimento da ordem de fornecimento expedida pelo Município ou Fundos Municipais de Carira.
- 3.1.11. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, bem como substituir, sem ônus adicionais e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro)



horas, contados da comunicação formal desta Administração, o(s) materiais/equipamentos cujos padrões de qualidade, segurança e finalidade não se prestem ao seu fim específico.

- 3.1.12. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto, cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.
- 3.1.13. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados na hospedagem;

3.2. DO ORGÃO

- O Município e seus participes, durante a vigência desta Ata, compromete-se a:
- 3.2.1. Notificar o fornecedor registrado quanto à requisição dos produtos mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo fornecedor sendo que a nota de empenho repassada ao fornecedor poderá equivaler a uma ordem de fornecimento;
- 3.2.2. Permitir ao pessoal do fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
- 3.2.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do material e/ou na prestação de serviço da hospedagem;
- 3.2.4. Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas;
- 3.2.5. Receber os materiais entregues pela CONTRATADA, desde que estejam em conformidade com as especificações registradas.
- 3.2.6. Devolver com a devida justificativa, qualquer material entregue fora dos padrões e normas constantes do Edital e seus anexos.

4. DA FISCALIZAÇÃO:

- 4.1. Nos termos do artigo 67, § 10, da Lei no 8.666/1993, a Administração designará um gestor da Ata, para acompanhar e fiscalizar o fornecimento, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 4.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.
- 4.3. Da mesma forma, a adjudicatária, querendo, poderá indicar um preposto para ser aceito pelo Município, representá-la na execução da Ata do Registro de Preços.
- 4.4. Nos termos da Lei no 8.666/1993, a ata de registro assinada acompanhada da referida nota de empenho e juntamente com a ordem de fornecimento, constituirá documento de autorização para o fornecimento objeto desta licitação.



4.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela adjudicatária, sem ônus para a Administração.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo da Ata de Registro de Preço é de 12 (doze) meses.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 6.1. O município reserva-se o direito de notificar a empresa contratada a respeito do fornecimento, mesmo que por algum motivo tenha sido adjudicado equivocadamente, se esse não estiver de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
- 6.2. A licitante fica obrigada o fornecimento objeto deste Termo de Referência de acordo com as especificações solicitadas, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da CONTRATANTE e/ou ORGÃO LICITANTE;



	MODEL	O - PROP	OSTA DE PI	REÇO		
			_	/_	de	_ de 2021.
A						
Pregoei	ra Municipal.					
			Refere	nte Pregão Pre	sencial-SRP n	°03/2021
	Senhor,					
A empi	resa, CNPJ	, estabe	elecida	, telefo	one/fax	, e-mail
	, submete a apreciação de Vossa S	enhoria, sua	proposta relat	tiva a licitação e	em epígrafe, cu	jo objeto é
	sições parceladas de refeições pronta					
	o – café da manhã e Hospedagem que				eitura Municip	oal, Fundo
	pal de Saúde e Fundo Municipal de I					-
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD TOTAL	VL UNIT.	VL. TOTAL	
1	REFEIÇÃO (ALMOÇO) TIPO QUENTINHA -	UNIDADE	4500			†
	REFEIÇÃO COMPLETA INDIVIDUAL,					
	ACONÓICIONADA EM EMBALAGEM DESCARTÁVEL DE ALUMÍNIO OU					
	SIMILAR, COM NO MÍNIMO 700G,					
	CONTENDO NO MÍNIMO: ARROZ, FEIJÃO,					
	CARNE, REFOGADOS E SALADA. ACOMPANHADA DE TALHERES					
	DESCARTÁVEIS. ACONPANHAMENTO:					
	SUCO DE FRUTA OU POLPA DE FRUTAS DE 300ML VARIADAS, SEM CONSERVANTES,					
	PREPARADAS COM ÁGUA E AÇÚCAR OU					
	ADOÇANTE DIETÉTICO OU					
2	REFRIGERANTE 350ML REFEIÇÃO (ALMOÇO) TIPO QUENTINHA -	UNIDADE	1500			1
2	REFEIÇÃO COMPLETA INDIVIDUAL,	CIVIDADE	1300			
	ACONDICIONADA EM EMBALAGEM					
	DESCARTÁVEL DE ALUMÍNIO OU SIMILAR, COM NO MÍNIMO 700G,					
	CONTENDO NO MÍNIMO: ARROZ, FEIJÃO,					
	CARNE, REFOGADOS E SALADA. ACOMPANHADA DE TALHERES					
	DESCARTÁVEIS. ACONPANHAMENTO:					
	SUCO DE FRUTA OU POLPA DE FRUTAS DE					
	300ML VARIADAS, SEM CONSERVANTES, PREPARADAS COM ÁGUA E AÇÚCAR OU					
	ADOÇANTE DIETÉTICO OU					
	REFRIGERANTE 350ML. COTA RESERVA					
3	25% REFEIÇÃO (JANTAR) - TIPO QUENTINHA:	UNIDADE	2000			-
	COM NO MÍNIMO 500G DE ALIMENTO;					
	CUSCUZ COM OVOS FRITOS, PÃO FRANCÊS 50 G COM MANTEIGA, CAFÉ COM					
	LEITE OU SUCO DE FRUTA OU POLPA.					
	MACAXEIRA, CARNE OU GALINHA					
	GUISADA, PÃO FRANCÊS 50 G COM MANTEIGA. BATATA DOCE OU					
	MACAXEIRA, COM CARNE OU GALINHA					
	GUISADA, INHAME, CARNE OU FRANGO ASSADO.					
	AUJADO.					
4	REFEIÇÃO - CAFÉ DA MANHÃ	UNIDADE	2000			1
	PÃO FRANCÊS, PÃO DE FORMA, PÃO INTEGRAL E PÃO LIGTH, PÃO DE QUEIJO,					
	PRESUNTO SEM CAPA DE GORDURA,					
	PEITO DE PERU, QUEIJO MUSSARELA,					
	QUEIJO BRANCO, QUEIJO LIGTH, MANTEIGA E MANTEIGA LIGTH, TRÊS					
	TIPOS DE GELÉIA, SALADA DE FRUTAS E					
1	CINCO TIPO DE FRUTAS NATURAIS, LEITE,					1



			HE DE ALON	
	CAFÉ, CINCO TIPO DE SUCOS NATURAIS,			
	IOGURTE NORMAL E DESNATADO,			
	QUATRO TIPOS DE SALGADOS ASSADOS E			
	TRÊS TIPOS DE BOLOS.			
5	HOSPEDAGEM - AR CONDICIONADO,	DIÁRIA	200	
	TELEFONE, ACESSO A INTERNET POR			
	WIFRIGOBAR, TELEVISÃO EM CORES,			
	DVD, SISTEMA DE SOM SERVIÇO DE			
	DESPERTADOR, CAMA, BOX, GUARDA			
	ROUPAS, CÔMODA, ESPELHO GRANDE,			
	BANHEIRO PRIVATIVO, CHUVEIRO COM			
	ÁGUA QUENTE, QUARTO COM			
	ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO DE ACORDO			
	COM AS NORMAS VIGENTES PARA			
	EDIFICAÇÕES, SERVIÇOS DIÁRIO DE			
	LIMPEZA E TROCA DAS ROUPAS DE CAMA			
	E BANHEIRO, SERVIÇO DE			
	FORNECIMENTO DE PRODUTOS BÁSICOS			
	DE HIGIENE. ALIMENTAÇÃO - CAFÉ DA			
	MANHÃ			
	PÃO FRANCÊS, PÃO DE FORMA, PÃO			
	INTEGRAL E PÃO LIGTH, PÃO DE QUEIJO,			
	PRESUNTO SEM CAPA DE GORDURA,			
	PEITO DE PERU, QUEIJO MUSSARELA,			
	QUEIJO BRANCO, QUEIJO LIGTH, MANTEIGA E MANTEIGA LIGTH, TRÊS			
	TIPOS DE GELÉIA, SALADA DE FRUTAS E			
	CINCO TIPO DE FRUTAS NATURAIS, LEITE, CAFÉ, CINCO TIPO DE SUCOS NATURAIS,			
	IOGURTE NORMAL E DESNATADO.			
	OUATRO TIPOS DE SALGADOS ASSADOS E			
	TRÊS TIPOS DE BOLOS.			
	ALMOCO E JANTAR			
	FEIJÃO, ARROZ, MACARRÃO, SALADAS			
	CRUA, SALADAS COZIDA, CARNE			
	VERMELHA, CARNE BRANCA, SUCO DE			
	FRUTAS.			
<u> </u>	1101710.			

Forneceremos os Produtos e/ou a prestação de serviço no Município de Carira, no endereço a ser designado pelo órgão solicitante, dentro do horário estabelecidos, dentro do prazo estabelecido contados do recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou de serviço expedida pela Autoridade Competente. A nossa proposta totalizou em R\$_ Os pagamentos serão efetuados a cada entrega, no valor correspondente as Ordens de Fornecimento comprovadamente atendidas. Manteremos nossa proposta válida até 60(dias) dias de sua abertura. Declaramos que nos precos ofertados estão inclusas todas as despesas com transporte, taxas, tributos, impostos, encargos etc. Dados pessoais do Representante Legal: Nome: RG n°: CPF n°: Estado Civil: Endereco: Dados Bancários: Banco: Agência: Conta Corrente:

Carimbo e assinatura do Representante Legal

Local e data.



ANEXO III

MODELO - PROCURAÇÃO

(em papel timbrado da empresa)

(razão social da empresa)	, inscrita no Cadastro Na	cional de Pessoas
Jurídicas sob o nº, com sede na Rua _	(endereço completo), por
seu representante legal abaixo assinado(a), nomeia e c	constitui, pelo presente instrum	ento de mandato,
seu procurador o Sr(nome completo do co	nstituído), brasileir	o(a), estado civil,
portador(a) da Cédula de Identidade nº	- SSP e do CPF nº	, residente e
domiciliado(a), nesta Cidade, na Rua	(endereço completo)	, a quem
confere amplos poderes para formulação de lances ver	rbais, oferta de descontos, renú	ncia ao direito de
interposição de recursos, assinar atas, declarações e do do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 03/2021 — Prefei		
Local e d	ata	
Assinatura e carimbo do	representante legal	
CPF n°		
RG n°		



ANEXO IV

MODELO - DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: PREGÃO PRESENC	CIAL SRP n° 03/2021.	
Jurídicas sob o nº penas da lei, que não poss em trabalho noturno, peri	, por seu repre ui em seu quadro de pes goso ou insalubre e de termos do inciso V, d	, inscrita no Cadastro Nacional de Pessos essentante legal abaixo assinado, DECLARA, sob essoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) ano e 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo ado artigo 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei posteriores.
	Loca	al e data
		o do representante legal



PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO

ANEXO V

MODELO - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL SRP	o n° 03/2021.			
, por seu representar	empresa)ante legal abaixo assinado,	DECLARA, em	conformidade	com o
disposto no Edital do PREGÃO PI	RESENCIAL SRP nº 03/	2021 , de que não	está inidônea	nem se
encontra impedida de licitar e contra	tratar com a Administraçã	io Pública, direta	ou indireta, F	Federal,
Estadual ou Municipal, bem assim,	, de que está ciente da ob	rigatoriedade de i	informar a pre	efeitura
Municipal de Carira - Sergipe a supe desses impedimentos.	erveniência de qualquer fat	to que passe a cara	acterizar qualq	uer um

Local e data



ANEXO VI

MODELO – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: PREGÃO	PRESENCIAL	SRP n° 03/2021.			
que cumpre ple	_, por seu repres enamente os RE	da empresa)entante legal abaixo ass QUISITOS DE HAB 11, para sua efetiva par	sinado, DECLARA I LITAÇÃO exigi	, para todos os dos no Edital (efeitos legais.
		Local e d	ata		
	As	sinatura e carimbo do CPF nº			



ESTADO DE SERGIPE PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO ANEXO VII MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

ATA DE REGISTRO DE PRECO nº /2021

O MUNICÍPIO DE CARIRA - ESTADO DE SERGIPE, pessoa jurídica de direito público, inscrita
no 13.099.882/0001-36, com sede na Praça Olímpio Rabelo de Morais, nº 56, Bairro Centro, ÓRGÃO
GERENCIADOR, neste ato representado por seu Gestor o Sr, tendo como ÓRGÃO
PARTICIPANTES, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E O FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº,
com sede, neste ato, representada pelo representante legal o
Sr, portador do CPF n°, e, daqui por diante, denominada simplesmente
FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal no 10.520, de 17 de julho
de 2002, Decreto Federal nº 7.892/2013 e o Decreto Municipal nº 120/2020 e, subsidiariamente, pela
Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do Município, que
emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, mediante as
seguintes condições:
1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto a Aquisições parceladas de refeições prontas, almoço (tipo

1.1. A presente Ata tem por objeto a **Aquisições parceladas de refeições prontas, almoço** (tipo quentinhas), refeição (jantar) – tipo quentinha, refeição – café da manhã e Hospedagem que atenderão aos órgãos vinculados Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Carira, conforme especificações e exigências estabelecidas no anexo I do Edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP n° ___/2021 e Anexo VIII desta Ata de Registro de Preços;

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços n° __/2021 e seus Anexos, o qual é parte integrante e complementar, vinculandose, ainda, a proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

- 4.1. Os preços registrados, a especificação dos produtos, os quantitativos, as empresas e os representantes legais encontram-se elencados no ANEXO ÚNICO desta Ata de Registro de Preços, segundo a ordem de classificação das propostas por item.
- 4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.
- 4.2.1. Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá



liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

- 4.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento. E sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 4.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador a época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotara a pratica de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:
 - a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
- c) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - d) houver razoes de interesse público.
- 6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Gestora do Fundo Sergipe.
- 6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de forca maior devidamente comprovados e justificados.

7. DA DIVULGAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A publicação do extrato da Ata de Registro de Preços deverá de realizada na Imprensa Oficial, na forma prevista no Art. 15 § 2º da Lei nº 8.666/93, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.



8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 8.1. São obrigações do órgão gerenciador:
 - I gerenciar a Ata de Registro de Preços:
- II prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- III emitir pareceres sobre atos relativos a execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, a exigência de condições estabelecidas no Edital e a proposta de aplicação de sanções;
- IV assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
- V assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
- VI conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
 - VII fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Fornecedor Registrado;
- VIII a fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzira a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

9.1. O ÓRGÃO PARTICIPANTE obriga-se a:

- I Tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- II Consultar previamente, órgão gerenciador objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;
- III Verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens ou vantagens verificadas;
- IV Encaminhar ao órgão gerenciador, a respectiva nota de empenho ou documento equivalente;
- V Enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- VI Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao órgão gerenciador, qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

- 10.1. São obrigações do fornecedor registrado:
- I manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
- II comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
- III atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
- IV abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.



V – Observar e cumprir todas as obrigações e determinações estabelecidas no Edital do Pregão Presencial-SRP __/2021 em especial o Termo de Referência que deu origem a presenta ATA.

11. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. O prazo de fornecimento será de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da solicitação feita pela Secretaria responsável pelo pedido.

12. DAS PENALIDADES

12.1

- a) Se a Adjudicatária, dentro do prazo de convocação, não receber a Ordem de Fornecimento, recusar-se a entregar o material objeto licitado, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a pro posta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e demais cominações legais;
- b) Pela inexecução total ou parcial do objeto da licitação, erros de execução, mora na execução do fornecimento e instalação, a CONTRATADA, as seguintes sanções:
 - I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
- II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento/instalação, sobre o valor da contratação em atraso;
- III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento/instalação do objeto deste Pregão, calculada sobre o valor remanescente do contrato;
- IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer clausula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
- V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município de Carira, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- VII) após o 20° (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando a adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
- VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
- IX) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
- X) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar



a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo Máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

- XI) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
- XII) O valor Máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
- XIII) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de forca maior ou caso fortuito.
- XIV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo Máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
- XV) As sanções previstas nesta CLAUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
- XVI As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. A publicação do extrato da Ata de Registro de Preços deverá de realizada na Imprensa Oficial, na forma prevista no Art. 15 § 2º da Lei nº 8.666/93, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão fará parte desta Ata de Registro de Preços.

15. DO FORO

15.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca do Município de Carira, estado de Sergipe.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, e assinada pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Carira – SE, XX de XXXXXXXX de 2021.

XXXXXXXXXXXX MUNICÍPIO DE CARIRA ÓRGÃO GERENCIADOR

> XXXXXXXX EMPRESA

Rua Ananias José dos Santos, nº 671 – Centro, Carira – Sergipe CNPJ: 13.099.882/0001-36 E-mail: licitacao.carira2021@gmail.com



ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços n°** _____/2021, celebrada entre o **MUNICÍPIO DE CARIRA** e a(s) empresa (as) cujos preços unitários/globais estão a seguir registrados, em face da realização do Pregão Presencial-SRP n° **xx/2021**

EMPRES	A:				
CNPJ:				FONE/FAX:	
END.:			E-MAIL:		
REPRES LEGAL:	ENTANTE				
ITEM	QUANT.	UNID	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR
	<u> </u>				
	<u> </u>				

CARIRA- (SE), XX de XXXXXXXXX de 2021.

MUNICÍPIO: Carira/SE

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO DOS PREÇOS:

DIOGO MENEZES MACHADO

Prefeito Municipal